

COMUNICAÇÕES

PROJETO MEMÓRIA DA FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA

PRIMEIRA FASE – TEXTO N. 4*

A ESCRAVIDÃO EM FEIRA DE SANTANA (primeira parte)

Vicente Deocleciano Moreira
Prof. Adjunto do Dep. de Ciências
Humanas e Filosofia

Este artigo espera contribuir para futuros estudos sobre a Escravidão em Feira de Santana e, amplamente, do Sertão baiano. A maior parte da literatura sobre Escravidão no Brasil tem se limitado ao Recôncavo baiano, ao Nordeste açucareiro e litorâneo e, algumas vezes, às áreas de mineração. O Sertão não tem sido prestigiado, como bem o merece, por essa literatura. Apesar da existência de vários pontos comuns entre todas essas regiões, há particularidades da história econômica das áreas sertanejas que precisam receber cuidados especiais. Infelizmente, não cabe, neste artigo, o aprofundamento sobre a Escravidão em Feira de Santana. Fica, porém, o relato dos fatos como contribuição.

No caso do PROJETO MEMÓRIA DA FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA, refletir sobre a Escravidão em Feira de Santana contribui para que compreendamos a presença e participação do negro nas feiras livres, seja na condição de escravo fugido – alvo da repressão generalizada – seja como negro-de-ganho e negro-de-ofício, ou ainda como feirante, compondo (em quaisquer das hipóteses) elemento étnico de significativa presença no cenário sócio-cultural e econômico dessas feiras.

Habitada primitivamente pelos Índios Paiaíás e Aimorés (primeiros cultivadores do fumo na região feirense) a área que, mais tarde, seria denominada região de Feira de Santana serviu, a partir do Século XVII, de esconderijo e assento para os negros que fugiam do Recôncavo. Próximo a São José das Itapororocas, os negros organizaram diversos quilombos, mais tarde destruídos pelos fazendeiros, resultando em assassinatos e escravização na atividade agrícola que começava a despontar.

(*) O texto de n. 3 está publicado em *Sitientibus*, a. III, n. 6, jul/dez. 1986, p.112-5.

A repressão contra os agrupamentos de negros fugidos era incessante. Em 18 de abril de 1714, o Governador Pedro de Vasconcelos ordenou a extinção de um mocambo localizado “no mato dos campos da Cachoeira”, próximo a São Gonçalo, que reunia “negros, negras e crias fugidas desta e das freguesias vizinhas” (Folha do Norte, 18 de abril de 1942). Alguns quilombos ressurgiram, outros mantiveram resistência até o final do Século XVIII – a exemplo de Orobó e Andaraí – destruídos em 6 de abril de 1797, “graças aos esforços do Capitão-Mor de Entradas e Assaltos do distrito de São José da Itapororocas com a ajuda de outros capitães e demais pessoas”. (Folha do Norte, 6 de abril de 1940).

Os primeiros povoadores da região – quase todos de nacionalidade européia – dedicavam-se à criação de gado em pastagens cada vez mais interiorizadas. Essa interiorização era forçada por Lei, vez que as terras próximas ao Recôncavo estavam destinadas, exclusivamente, ao plantio de cana-de-açúcar. A região feirense adquiria forte vocação para a Pecuária – uma atividade pouco concentradora de mão-de-obra; assim sendo, os poucos trabalhadores experientes disponíveis, os índios, começavam a ser empregados como vaqueiros nas fazendas. Os anos que inauguraram o Século XVII assistiram, ainda, o índio dominando (eticamente) os grupamentos de vaqueiros. Posteriormente, apareceram vaqueiros mamelucos (mestiços de índio com negro).

Paralelo ao crescimento da pecuária, a região desenvolvia atividades agrícolas – ainda que, inicialmente, a nível de subsistência – e nelas trabalhavam brancos, índios, negros e mulatos livres, além de escravos. A agricultura é, nesses primeiros tempos, mais concentradora de mão-de-obra que a pecuária. Uma ressalva, porém, deve ser feita: nos primeiros anos do Século XVIII, a agricultura feirense era de pequeno porte, principalmente na freguesia de São José das Itapororocas.

Por ser de pequeno porte, utilizava poucos escravos; daí eles serem numericamente inexpressivos diante da quantidade de trabalhadores livres, dentre os quais havia brancos, negros e outros grupos étnicos. Uma situação, portanto, bem diferente do que ocorria no Recôncavo açucareiro, concentrador de trabalho escravo nos canaviais e engenhos.

Era das torturas, do trabalho escravo, da fome e (em início do Século XIX) dos resultados da crise da economia açucareira, que os negros fugiam em direção a Feira de Santana, onde se agrupavam em quilombos, mocambos ou se aliavam a índios, brancos e mestiços, também sem trabalho, para roubar e assaltar nas estradas, principalmente os homens que conduziam as boiadas para feira. Em 1825, José Joaquim de Almeida e Garnizau reivindicou, na introdução do relatório sobre a comarca de Cachoeira (à qual Feira de Santana então pertencia), a presença da Polícia nas paróquias em que eram realizadas feiras, para evitar roubos, desordens e homicídios praticados por ladrões de cavalos, vadios e escravos fugidos. Em 1840, foi criado esquadrão especial da Guarda Nacional, a fim de patrulhar as principais estradas da região. Afora as alternativas do trabalho livre e da escravidão, só restava aos negros a mendicância nos campos e nos aglomerados urbanos.

Nas origens da agricultura feirense, o trabalho de lavrar a terra era duro e penoso. Até mesmo o *roceiro*, categoria acima do *escravo* (em termos de prestígio), só se distinguia deste último pelas relações de não-sujeição mantidas com o proprietário da fazenda.

Apesar da expansão da atividade agrícola, o traço mais forte continuava sendo a produção para subsistência dos que moravam e trabalhavam em cada fazenda. Somente os fazendeiros mais ricos compravam escravos (nos tradicionais mercados de Salvador e do Recôncavo) para serviços domésticos. Poucos eram importados, diretamente, da África. A maior parte dos escravos, comprados por fazendeiros, era constituída de *crioulos* (negros nascidos no Brasil), *cabras* e mulatos.

Nas primeiras décadas do Século XIX, o número de escravos continua ainda reduzido, a ponto de, em 1835, somarem 4 480 indivíduos, ou seja, 30% da população de trabalhadores.